
***Santa Cruz Power
Corporation Usinas
Hidroelétricas S.A.***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Santa Cruz Power Corporation
Usinas Hidrelétricas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

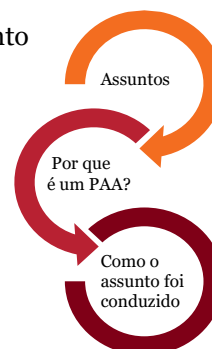
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Monitoramento dos índices de *covenants*

Conforme descrito na Nota 11, a Companhia mantém contratos de dívidas com cláusulas restritivas (*covenants*) com os debenturistas. Caso a companhia não consiga cumprir com as cláusulas restritivas de seus contratos, tais operações poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia motivar uma reclassificação desses passivos não circulantes para circulante.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras e o envolvimento de nível de julgamento por parte da administração para o cálculo dos índices de cumprimento.

Conforme descrito na Nota 11, a Companhia atingiu os índices descritos nas cláusulas restritivas (*covenants*).

As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de procedimentos substantivos de auditoria, a saber:

- (i) Leitura crítica dos contratos de endividamento, visando entender as cláusulas existentes.
- (ii) Obtenção dos controles da administração sobre o cumprimento das cláusulas pactuadas (*covenants*).
- (iii) Teste do cálculo dos indicadores-chave financeiros previstos nas cláusulas de *covenants*, com base nas referidas demonstrações contábeis; considerando análise e interpretação dos seus componentes financeiros.

Confirmação, através do envio das cartas de circularização às instituições financeiras, dos saldos em aberto, cláusulas contratuais, taxa de juros, entre outras informações.

Gerenciamento de capital - risco de liquidez de curto prazo

Conforme Nota 1.1, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 46.345 mil nas demonstrações financeiras.

A administração da Companhia possui expectativa, baseada em suas projeções de resultados e fluxos de caixa futuros para os próximos 12 meses a partir da data do balanço, de continuar auferindo lucros operacionais e de gerar liquidez, a qual considera que será suficiente para a reversão da atual situação de capital circulante líquido negativo a curto prazo, conforme mencionado na nota explicativa.

As projeções consideram determinadas premissas que são sensíveis às condições do cenário econômico e ambiental e, portanto, fora do controle da Companhia, como por exemplo,

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

- (i) Realizamos o entendimento das políticas de administração de risco de liquidez da Companhia e do processo de elaboração e aprovação das projeções de fluxo de caixa, bem como obtivemos explicações em relação às premissas relevantes.
- (ii) Testamos os procedimentos realizados pela administração em relação ao monitoramento dos cumprimentos das cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos.
- (iii) Analisamos os eventos subsequentes até a data de emissão deste relatório.

Santa Cruz Power Corporation
Usinas Hidroelétricas S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
oscilações das taxas de juros e a definição dos montantes a serem pagos em liquidação junto à CCEE - Câmara de Compensação de Energia Elétrica que estão sendo discutidos judicialmente. Considerando que a utilização de diferentes premissas e julgamentos poderiam ocasionar em diferentes resultados e fluxos de caixa futuros, determinamos esse assunto como significativo em nossa auditoria. A Companhia conta com o suporte financeiro do acionista controlador para honrar os seus compromissos de médio e longo-prazo.	Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e



Santa Cruz Power Corporation
Usinas Hidroelétricas S.A.

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

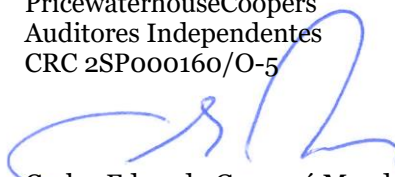
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2020

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro 2019

Em milhares de reais

Ativo	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	2019	2018
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	15.772	17.921	Fornecedores	3.696	4.250
Contas a receber (Nota 7)	5.446	5.569	Empréstimos e debêntures (Nota 11)	20.657	20.402
Tributos a recuperar	422	110	Partes relacionadas (Nota 14)	10	2.869
Outras contas a receber	118	57	Tributos a pagar e obrigações trabalhistas (Nota 12)	1.099	1.015
Partes relacionadas (Nota 14)	4	4	Outras contas a pagar (Nota 10)	42.647	38.950
Despesas antecipadas	2	26		68.109	67.486
	21.764	23.687			
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e debêntures (Nota 11)	143.106	152.412
Depósitos vinculados a empréstimos (Nota 8)	9.458	9.016	Provisão para contingência (Nota 13)	400	523
Outros créditos	486		Partes relacionadas (Nota 14)	20.206	16.830
	9.944	9.016	Outras contas a pagar (Nota 10)	2.798	2.798
				166.510	172.563
			Total do passivo	234.619	240.049
Imobilizado (Nota 9)	140.880	146.000	Patrimônio líquido		
Intangível	872	162	Capital social (Nota 15)	7.158	7.158
	141.752	146.162	Prejuízos acumulados	(68.317)	(68.342)
			Total do patrimônio líquido	(61.159)	(61.184)
Total do ativo	173.460	178.865	Total do passivo e do patrimônio líquido	173.460	178.865

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita líquida de vendas (Nota 16)	43.772	41.969
Custo do serviço de energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda (Nota 17)	(12.020)	(12.180)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão, e taxa de fiscalização (Nota 17)	(312)	(317)
Custo de operação (Nota 17)	<u>(6.829)</u>	<u>(7.298)</u>
Lucro bruto	24.611	22.174
Despesa operacional (Nota 17)	<u>(1.605)</u>	<u>(1.090)</u>
Resultado operacional	23.006	21.084
Resultado financeiro		
Despesas financeiras (Nota 18)	(22.115)	(24.620)
Receitas financeiras (Nota 18)	1.601	1.727
Despesas financeiras com partes relacionadas (Nota 14)	<u>(549)</u>	<u>(546)</u>
	(21.063)	(23.439)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	<u>1.943</u>	<u>(2.355)</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 19)	(1.918)	(2.014)
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>25</u>	<u>(4.369)</u>
Lucro (Prejuízo) básico por lote de mil ações (Nota 20)	<u>0,00</u>	<u>(0,34)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro / (Prejuízo) do exercício	25	(4.369)
Outros componetes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente	<u><u>25</u></u>	<u><u>(4.369)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social subscrito	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01 de Janeiro de 2018	<u>7.158</u>	<u>(63.973)</u>	<u>(56.815)</u>
Prejuízo do exercício		(4.369)	(4.369)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>7.158</u>	<u>(68.342)</u>	<u>(61.184)</u>
Lucro do exercício		25	25
Em 31 de dezembro de 2019	<u>7.158</u>	<u>(68.317)</u>	<u>(61.159)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	1.943	(2.355)
Ajustes de receitas e despesas		
Depreciação e amortização (Nota 17)	4.846	4.818
Juros, variações monetárias e cambiais	20.881	24.620
Juros partes relacionadas	549	543
Provisão para contingência	(123)	(220)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	123	1.967
Tributos a recuperar	(312)	(6)
Partes relacionadas	(32)	(103)
Outras contas a receber	(547)	(39)
Despesas antecipadas	24	34
Fornecedores	(554)	(5.938)
Outras contas a pagar	3.697	7.401
Tributos a pagar e obrigações trabalhistas	29	(484)
Caixa proveniente das atividades operacionais	30.524	30.238
Juros pagos de empréstimos (Nota 11)	(15.000)	(15.628)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.863)	(1.273)
Caixa proveniente das atividades operacionais	13.661	13.337
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível (Nota 9)	(436)	(126)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(436)	(126)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos (Nota 11)	(14.932)	(14.475)
Depósitos vinculados a empréstimos (Nota 8)	(442)	(461)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(15.374)	(14.936)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2.149)	(1.725)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)	17.921	19.648
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	15.772	17.921

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A (a "Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 24 de setembro de 1997 e permaneceu sem movimentação financeira e econômica até março de 2005, quando foi transformada em sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Contour Global do Brasil Participações S.A..

O objeto social da Companhia é a produção independente de energia elétrica, conforme a Resolução no 510, de 26 de novembro de 2001, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), mediante a exploração do potencial hidráulico denominado PCH São Domingos II, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e as instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de subestação da usina, bem como uma linha de transmissão para interligação à subestação, com a comercialização da energia elétrica produzida.

Em consonância com seu objeto social a Companhia obteve autorização da ANEEL, por meio da Resolução no 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho no 1.999, de 12 de julho de 2010, e Despacho no 3.984, de 11 de outubro de 2011, para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a exploração do potencial hidráulico denominado PCH São Domingos II, com 24,66 MW de potência instalada, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas por uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada SE Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir daí, parte uma linha de transmissão em circuito simples, de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação Iaciara. A autorização em questão tem prazo de 30 anos, válidos até 26 de novembro de 2031, podendo ser prorrogada a pedido da Companhia e a critério da ANEEL.

A ANEEL, por meio do Despacho no 1.680 de 06 de maio de 2009, autorizou o início da operação comercial da PCH São Domingos II, a partir de 7 de maio de 2009. O comissionamento das instalações das linhas de transmissões encerrou-se em 12 de dezembro de 2009, e posterior entrada em operação.

Ao final do prazo de autorização, não havendo prorrogação, os seus bens e instalações vinculados a produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

A energia gerada pela PCH é influenciada pelo regime hidrológico dos rios da sua região. Devido as regras regulatórias no Brasil, a receita da venda de energia da PCH não é registrada pela energia efetivamente gerada, e sim pela garantia física, determinada pela ANEEL, em um mecanismo denominado MRE, que faz o compartilhamento do risco da energia, transferindo a energia daqueles que geraram além de suas garantias físicas individuais para aqueles que geraram abaixo. As diferenças entre a geração e a garantia física do MRE são ajustadas na proporção da garantia física entre os participantes e a quantidade deste ajuste é valorada ao PLD, mediante a aplicação de um fator de ajuste conhecido como General Scaling Factor (GSF).

A deficiência da geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos pela redução do GSF. Esse fato fez que com que geradoras participantes do MRE entrassem com liminares para suspensão dos pagamentos desta natureza.

A Companhia é controlada pela Contour Global do Brasil Participações Ltda.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1 Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2019 há excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 46.345, bem como patrimônio líquido negativo no encerramento do exercício, o qual será coberto com os recursos de sua atividade operacional, e com aportes de capital dos sócios quando necessário, assim como, eventualmente com a confirmação final favorável do objeto das liminares obtidas mencionadas acima.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 27 de março de 2020.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC's).

2.1.1 Mudanças nas principais políticas contábeis

CPC 06 (R2) - Arrendamentos: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A administração identificou que não houve impactos na adoção da nova norma em 01 de Janeiro de 2019.

ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras, As estimativas críticas da administração, bem como os principais passivos contingentes relacionadas a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro estão divulgados nas Notas 3 e 22, respectivamente.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Principais alterações nas normas

As normas elencadas a seguir também foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, mas não tiveram impactos materiais para a Companhia:

Aprimoramento anual Ciclo 2015-2017: CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro": esclarece que os efeitos tributários (impostos sobre a renda) sobre distribuições de dividendos relacionados a instrumentos financeiros classificados no patrimônio líquido, devem seguir a classificação das transações ou eventos passados que geraram os lucros distribuíveis. Este requerimento é aplicável para todos os efeitos de imposto de renda relacionadas a dividendos, incluindo distribuições cujos tratamentos contábeis sejam similares a dividendos, como exemplo: juros sobre capital próprio.

Aprimoramento anual Ciclo 2015-2017: CPC 20 - "Custos de Empréstimos": a alteração esclarece que, se um empréstimo específico permanecer em aberto após o correspondente ativo qualificável estar pronto para o uso ou venda (conforme o caso), ele se tornará parte dos empréstimos gerais para fins de determinação dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização em outros ativos qualificáveis, para os quais não existam empréstimos específicos.

Aprimoramento anual Ciclo 2015-2017: CPC 15 - "Combinação de Negócios": esclarece que a obtenção de controle sobre um negócio que anteriormente era uma operação conjunta (sob CPC 19) da adquirente, é uma combinação de negócios em estágios (step-acquisition). Dessa forma, a adquirente deve remensurar a participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo, na data da aquisição.

Aprimoramento anual Ciclo 2015-2017: CPC 19 - "Negócios em Conjunto": esclarece que, quando uma entidade obtém o controle conjunto de um negócio que é uma operação conjunta, ela não remensura as participações anteriormente detidas nessa operação conjunta.

Alterações no CPC 33 - "Benefícios a Empregados": A alteração especifica que, quando ocorrer um evento de alteração, redução ou liquidação de um plano de benefício definido, a entidade deve atualizar as premissas anteriormente utilizadas e remensurar o custo de serviço corrente e os juros líquidos pelo período remanescente, após as modificações.

Alterações no CPC18 - "Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto": O CPC 48 exclui de seu escopo participações societárias em coligadas e empreendimentos conjuntos, os quais são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o CPC 18. A alteração ao CPC 18 esclareceu que a referida exclusão de escopo no CPC 48 se aplica apenas aos elementos dos investimentos que forem contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Dessa forma, a contabilização de instrumentos financeiros de longo prazo com uma coligada ou joint venture que, em substância, fazem parte do investimento líquido nessas investidas, mas para os quais o método de equivalência patrimonial não se aplica, deve seguir os requerimentos do CPC 48.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não possui ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras, assim como não teve, durante os exercícios de 2019 e de 2018, operações e transações em moedas estrangeiras.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis, e mensurados ao valor justo através do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

(b) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem "Contas a receber e outras contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa" e "empréstimos em moeda nacional"; "Partes Relacionadas".

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são contabilizados, usando o método da taxa efetiva de juros, a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro esteja registrado com valor acima de seu valor recuperável (*impairment*) e, quando esta situação é identificada, uma provisão é reconhecida na demonstração do resultado.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4.3 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não identificou evidências de uma perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*).

2.6 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente, a Imposto sobre Serviços, Imposto de Renda e Contribuição Social retidos.

2.7 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência. Correspondem principalmente ao reconhecimento de forma linear, durante o prazo do contrato, das despesas relacionadas aos contratos de seguros.

2.8 Imobilizado e depreciação

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

A Companhia calcula e contabiliza a depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11/08/2015, que alterou as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução nº 367, de 2 de junho de 2009. As taxas são aplicadas considerando os códigos internos que identificam as Unidades de Cadastro, limitado ao prazo da autorização que é de 30 anos, conforme Despacho nº 510, de 26 de novembro de 2001 que autorizou o início da operação comercial da PCH Santa Cruz.

2.9 Intangível

(a) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

2.10 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possua uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

2.12 Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos (debêntures) são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos captados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis).

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de empréstimos e financiamentos (debêntures) são capitalizados como despesas antecipadas e amortizados pelo prazo contratual da dívida, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade do empréstimo e financiamento, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

Os empréstimos (debêntures) são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos (debêntures) gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos (debêntures) são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 Provisões

As provisões para recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

- (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação de alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e 9% para a contribuição social incidente sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/ compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

2.15 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (Nota 15).

2.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.17 Reconhecimento da receita

(a) Vendas de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando transferido o controle do serviço para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização.

(b) Receita financeira

A receita financeira sobre as contas a receber em atraso é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras.

A receita financeira sobre aplicações financeiras, usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas da Companhia não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

(a) Contrato BTG Pactual

A Companhia elaborou estimativa do risco de perda onerosa relacionada ao contrato de compra de energia com o BTG Pactual (1.000 MW médio), vigente no período de agosto de 2014 até dezembro de 2020.

Essa estimativa foi elaborada considerando o preço contratual de compra de energia e o preço estimado de venda (PLD - preço de liquidação das diferenças de comercialização de energia) até o final do contrato.

O preço de venda foi estimado na base das projeções do PLD da região Sudeste-Centro Oeste até dezembro de 2020, na base de vários cenários econômicos, ou seja, uma média abrangendo vários fatores relacionados ao ambiente econômico, de infraestrutura e condições hidrológicas. A Companhia também considerou a oportunidade de vender esta energia em contratos no ambiente do mercado livre.

Na base dessas projeções, na data do balanço, a Companhia estimou o risco de perda onerosa no valor de R\$ 751 em dezembro de 2019 e R\$ 1.995 em 31 de dezembro de 2019 (valor presente), registrado na rubrica outras contas a pagar (Nota 10).

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar a fornecedores de produtos e serviços, inclusive as provisões para tais obrigações, outras contas a pagar e contas a pagar a partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é obter recursos para suas operações. A Companhia possui como ativos financeiros: contas a receber de clientes e outras contas a receber, saldos em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco regulatório, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios formais para a gestão de risco financeiro, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possui ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas.

A Companhia mantém empréstimos de curto e longo prazo associados a taxas de juros local, gerando exposição à variação dessas taxas. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa, e os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional, a Companhia atualiza os controles de exposição à taxa de juros mensalmente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedges* alternativos.

Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não possui contratos de *swap* de taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou índices de preço, que afetem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou suas aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, a Companhia mantém relacionamento com vários bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não existem aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela administração.

As atividades operacionais da Companhia são reguladas pela ANEEL, órgão regulador do setor de Energia Elétrica no Brasil. As receitas provenientes das operações possuem contratos de longo prazo de geração de energia, diminuindo a exposição de risco de crédito.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. A política financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Vencimentos				
	Menos de um ano (i)	Entre 1 e 2 anos (i)	Entre 2 e 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Fornecedores	3.696				3.696
Empréstimos e debêntures (Nota 11)	20.657	36.970	66.803	39.333	163.763
Tributos a pagar e obrigações trabalhistas (Nota 12)	1.099				1.099
Partes relacionadas (Nota 14)	10	20.206			20.216
Outras contas a pagar (Nota 10)	42.647	2.798			45.445
Em 31 de dezembro de 2018					
Fornecedores	4.250				4.250
Empréstimos e debêntures (Nota 11)	20.402	33.183	59.523	59.706	172.814
Tributos a pagar Obrigações trabalhistas (Nota 12)	1.015				1.015
Partes relacionadas (Nota 14)	2.869	16.830			19.699
Outras contas a pagar (Nota 10)	38.950	2.798			41.748

- (i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros

	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2019			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber (Nota 7)	5.446		5.446
Depósitos vinculados a empréstimos através do resultado (i) e (ii) (Nota 8)		9.458	9.458
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.438	14.332	15.770
	<u>6.884</u>	<u>23.790</u>	<u>30.674</u>
31 de dezembro de 2018			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber (Nota 7)	5.569		5.569
Depósitos vinculados a empréstimos através do resultado (i) e (ii) (Nota 8)		9.016	9.016
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.300	16.619	17.919
	<u>6.869</u>	<u>25.635</u>	<u>32.504</u>

- (i) Em 2019, o montante de R\$9.458 (R\$ 9.016 em 2018) registrado no ativo não circulante, como ativos financeiros, refere-se à aplicação financeira mantida no Banco Itaú, a título de garantia do pagamento do contrato de empréstimo mantido junto ao mesmo banco.
- (ii) Inclui aplicações financeiras dos recursos da Companhia, com foco na preservação do montante aplicado e grau de liquidez. As aplicações estão em Fundo de Investimentos (CDBs em 2018).

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Passivos financeiros

	Passivos mensurados ao custo amortizado
31 de dezembro de 2019	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Partes relacionadas (Nota 14)	20.216
Empréstimos e debêntures (Nota 11)	163.763
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (i)	49.141
	233.120
31 de dezembro de 2018	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Partes relacionadas (Nota 14)	19.699
Empréstimos e debêntures (Nota 11)	172.815
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (i)	45.997
	238.511

(i) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

O valor justo da parte dos empréstimos classificados no circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante e o valor justo dos empréstimos classificados no não circulante também não diferem significativamente dos valores contábeis considerando que os principais empréstimos têm taxas pós-fixadas.

6 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia possui contas correntes com instituições financeiras de primeira linha e aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancários (CDBs), compromissadas, com direito de recompra e liquidez imediata.

	2019	2018
Recursos em banco e em caixa	1.438	1.300
Recursos em aplicações financeiras	14.332	16.619
	15.770	17.919

(i) As aplicações financeiras, em 2019, referem-se substancialmente a Fundos de Investimentos remunerados à taxa média de 97,58% do Certificado Depósito Interfinanceiro (CDI), e em 2018, referem-se substancialmente a Fundos de Investimentos remunerados à taxa média de 98,22% do Certificado Depósito Interfinanceiro (CDI), compromissadas com direito de recompra e liquidez imediata.

7 Contas a receber

As contas a receber de clientes são denominadas em reais. A posição da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5.446 (R\$ 5.569 em 2018).

As contas a receber de clientes possuem vencimento de até 3 meses, a administração efetua análise criteriosa e de acordo com a abordagem simplificada e quando necessário, é constituída uma PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e identifica que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Portanto, após as devidas análise a administração não julgou necessário o reconhecimento de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

8 Depósitos vinculados a empréstimos

O saldo dos depósitos vinculados refere-se às aplicações financeiras mantidas no Banco Itaú, a título de garantia do pagamento do contrato de empréstimo mantido junto ao mesmo banco, remunerados à taxa média de 97,58% (98,22% em 2018) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). A posição da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 9.458 (R\$ 9.016 em 2018).

9 Imobilizado

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Total
Em 01 de janeiro de 2018					
Saldo inicial	3.259	87.065	54.946	5.458	150.728
Aquisições			91	2	93
Baixa Imobilizado			(57)	(3)	(60)
Depreciação		(2.373)	(2.227)	(161)	(4.761)
Saldo contábil, líquido	3.259	84.692	52.753	5.296	146.000
Em 31 de dezembro de 2018					
Custo	3.259	107.014	72.637	6.851	189.761
Depreciação acumulada		(22.322)	(19.898)	(1.541)	(43.761)
Saldo contábil, líquido	3.259	84.692	52.739	5.310	146.000
Em 01 de janeiro de 2019					
Saldo inicial	3.259	84.692	52.739	5.310	146.000
Aquisições		27	409		436
Depreciação		(2.373)	(2.249)	(164)	(4.786)
Transferência (i)			(770)		(770)
Saldo contábil, líquido	3.259	82.346	50.129	5.146	140.880
Em 31 de dezembro de 2019					
Custo	3.259	107.041	72.276	6.851	189.427
Depreciação acumulada		(24.695)	(22.147)	(1.705)	(48.547)
Saldo contábil, líquido	3.259	82.346	50.129	5.146	140.880

(i) Transferência para intangível

(a) Reconhecimento da depreciação no resultado

Os valores de depreciação estão reconhecidos na demonstração de resultado e refletem o período em que o ativo esteve em serviço.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Bens em garantia

Conforme prospecto de colocação de debêntures, a Companhia aliena fiduciariamente, em garantia irrevogável e irretratável do empréstimo, algumas máquinas e equipamentos as quais compreendem: comporta, pórtico rolante, gerador síncrono, turbina, transformador elevador, transformador de tensão, dentre outros, totalizando R\$ 33.386.

10 Outras contas a pagar

	2019	2018
Circulante		
Liminar Apine (GSF) (i)	23.649	22.330
Provisão das liminares de garantia física	18.247	14.625
Provisão BTG (ii)	751	1.995
	42.647	38.950
Não circulante		
Contas a pagar a minoritários (iii)	2.798	2.798
	2.798	2.798

(i) Refere-se ao valor de GSF à pagar em liquidação junto à CCEE - Câmara de Compensação de Energia Elétrica (Nota 1).

(ii) Refere-se a provisão do contrato oneroso com BTG Pactual que foi elaborada considerando o aumento do preço contratual de compra de energia e a redução do preço estimado de venda (PLD - preço de liquidação das diferenças de comercialização de energia).

(iii) Refere-se a contas a pagar à minoritários decorrentes de redução de capital.

11 Empréstimos e debêntures

	2019	2018
Circulante		
Debêntures em moeda nacional (a)	20.657	20.402
Não circulante		
Debêntures em moeda nacional (a)	143.106	152.412
Total	163.763	172.814

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição por movimentação

31 de dezembro de 2019							
	Saldo Inicial	Provisão de juros	Atualização monetária	Liquidação		Transferência	Saldo Final
				Principal	Encargos		
Circulante							
Debêntures	20.402	14.819	436	(14.932)	(15.000)	14.932	20.657
	20.402	14.819	436	(14.932)	(15.000)	14.932	20.657
Não circulante							
Debêntures	153.029		5.480			(14.932)	143.577
Debêntures - Custo Colocação	(617)	146					(471)
	152.412	146	5.480			(14.932)	143.106
Total	172.814	14.965	5.916	(14.932)	(15.000)		163.763

31 de dezembro de 2018							
	Saldo Inicial	Provisão de juros	Atualização monetária	Liquidação		Transferência	Saldo Final
				Principal	Encargos		
Circulante							
Debêntures	20.537	15.331	544	(14.475)	(15.628)	14.093	20.402
	20.537	15.331	544	(14.475)	(15.628)	14.093	20.402
Não circulante							
Debêntures	161.212		5.910			(14.093)	153.029
Debêntures - Custo Colocação	(788)	172					(616)
	160.424	172	5.910			(14.093)	152.413
Total	180.961	15.503	6.454	(14.475)	(15.628)		172.815

- (a) Empréstimo obtido com captação de Debêntures no valor total de R\$ 175 milhões, emitidas em 15 de junho de 2013, com vencimento final em 15 de junho de 2027, a ser pago em 57 parcelas, vencíveis trimestralmente, corrigidos pelo IPCA + juros de 8% a.a. até 23 de setembro de 2015, quando passou a ser à taxa de 8,8% a.a., conforme repactuação. Os recursos provenientes desta emissão, foram parcialmente destinados à liquidação dos empréstimos junto ao BNDES.

Composição, por ano de vencimento

	2019	2018
2019		20.402
2020	20.657	15.874
2021	17.706	16.858
2022	19.264	18.222
2023	20.786	19.670
2024	22.438	21.242
2025	23.579	22.902
2026	25.479	24.709
2027	13.854	12.935
	163.763	172.814

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cláusulas restritivas financeiras (*covenants*)

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia e nas demonstrações financeiras consolidadas da sua controladora Contour Global do Brasil Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2019 os índices financeiros foram atingidos.

Em relação aos *covenants* financeiros, a Companhia está obrigada ao cumprimento dos seguintes índices: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) individual de no mínimo 1,20, considerando sempre os 12 (doze) meses, anteriores ao mês de referência das demonstrações financeiras e Índice Financeiro (Divida Líquida/EBITDA) de no máximo 5.5x para o ano de referência 2019.

12 Tributos a pagar e obrigações trabalhistas

	2019	2018
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	470	396
PIS e COFINS a pagar	157	148
Provisão de férias e demais provisões trabalhistas	11	11
Salários e encargos sociais	102	189
IOF a pagar	359	271
	<u>1.099</u>	<u>1.015</u>

13 Provisão para contingências

	2019	2018
Tributário	571	531
Dépósitos Judiciais	(171)	(8)
	<u>400</u>	<u>523</u>

Autos de infração - ICMS diferencial de alíquotas - janeiro de 2009 a julho de 2010

Em 13 de março de 2012, foi lavrado o Auto de Infração pela Fazenda Estadual de Goiás, com o argumento de que a Companhia teria deixado de debitar, no livro Registro de Apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviço (ICMS), o valor correspondente ao diferencial de alíquotas que seria devido na operação de aquisição de mercadorias supostamente destinadas ao uso e consumo do estabelecimento, referente aos meses de janeiro a julho de 2010.

Em 1º de abril de 2013, foram protocolados Recurso Voluntário e Contrarrazões ao Recurso à Câmara Julgadora 4/2013 - GERF/SR. Em 26 de junho de 2013, o Auto de Infração teve a sua nulidade declarada pela Primeira Câmara Temporária do CAT-GO.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 16 de dezembro de 2013, a intimação da decisão foi remetida ao Corpo de Representantes Fazendários (CORF). Em 27 de janeiro de 2014, emitiu-se intimação de que o CORF interpusera Recurso ao Conselho Pleno do CAT-GO requerendo a nulidade da decisão proferida pela Primeira Câmara Temporária. Em 12.03.2014 foi protocolada contradita ao Recurso interposto pelo CORF ao Conselho Pleno. Em 17.11.2014 a Companhia foi notificada da decisão do CORF que revogou a decisão da Primeira Câmara Temporária, decisão que havia declarado nulo o lançamento sob o argumento de que a Companhia não pôde exercer propriamente o seu direito de defesa, uma vez que a informação disponibilizada no Auto de Infração não foi suficientemente clara para elaboração da defesa, de modo que o processo retornará à câmara de origem para a apreciação das questões de mérito. No dia 1º de dezembro de 2014, a Companhia apresentou Manifestação para ratificar seus argumentos de defesa.

Em 21 de janeiro de 2015 houve julgamento em sessão da 4ª Câmara, sendo o Recurso parcialmente provido no tocante à redução do valor cobrado a título de diferencial de alíquota no que se refere a erros de cálculo presentes no Auto de Infração, mais precisamente em relação à Nota Fiscal 1420. Considerando os demais pontos, a autuação foi mantida. Em 20 de abril de 2015, a Companhia tomou ciência do acórdão de julgamento. Em 05 de maio de 2015 foi interposto Recurso ao Conselho Pleno. Tendo iniciado o julgamento no Conselho Pleno, o mesmo foi suspenso após sustentação oral e leitura do relatório. Após ser retomado o julgamento, houve novo pedido de vistas dos autos. Tendo em vista elaboração de Laudo Contábil contratado pela Companhia, bem como solicitação formal, o processo foi convertido em diligência no julgamento realizado no dia 10 de novembro de 2015 para verificar a natureza dos bens relacionados às notas fiscais autuadas. Aguarda-se realização de diligência. O valor total envolvido, atualizado para 31 de dezembro de 2019, perfaz a quantia de R\$ 10,142 (R\$ 9.594 em 2018), mas, incluso neste montante, o escritório de advocacia que defende a Companhia apresenta o valor de R\$ 571 com o risco de perda provável que foi provisionado (R\$ 530 em 31 de dezembro de 2018).

Autos de infração - ICMS diferencial de alíquotas - janeiro, agosto, setembro, outubro, dezembro de 2007 e fevereiro a dezembro de 2008

Em 13 de setembro de 2011, foi lavrado o Auto de Infração pela Fazenda Estadual de Goiás, com o argumento de que a Companhia teria deixado de debitar, no livro Registro de Apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviço (ICMS), o valor correspondente ao diferencial de alíquotas que seria devido na operação de aquisição de mercadorias supostamente destinadas ao uso e consumo do estabelecimento, referente aos meses de janeiro, agosto, setembro, outubro e dezembro de 2007 e fevereiro a dezembro de 2008.

Em 21 de maio de 2012, foi apresentado um pedido de revisão extraordinária ao auto de infração. Em 14 de dezembro de 2012, o julgamento foi convertido em diligência. Até 31 de dezembro de 2015, não houve alterações. Atualmente aguarda-se o retorno da diligência. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 5.078 (R\$ 4.828 em 2018), atualizado até 31 de dezembro de 2019

A Companhia é parte em ações de natureza tributária envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Contingências - perdas possíveis

	2019	2018
Cível	5	724
Tributário		9.232
	<u>5</u>	<u>9.956</u>

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Partes relacionadas

	Ativo circulante			Passivo não circulante	Demonstração de resultado		
	Compartilhamento de custo	Compartilhamento de custo	Contratos de mútuo	Contratos de mútuo	Receita (despesa de juros) de compartilhamento de custo	Despesa de juros de contratos de mútuo	Variação cambial
Em 31 de dezembro de 2019							
Galheiros Geração de energia elétrica S.A	4						
Contour Global do Brasil Holding		10			(626)		
ContourGlobal do Brasil Particip. Ltda				20.206		(549)	
Asa Branca VII Energias Renováveis Ltda					(42)		
Contour Global Maritsa EAS							
Total	4	10		20.206	(668)	(549)	
Em 31 de dezembro de 2018							
Galheiros Geração de energia elétrica S.A	4						
Contour Global do Brasil Holding		37					
ContourGlobal do Brasil Particip. Ltda			2.826	16.830		(543)	
Asa Branca VII Energias Renováveis Ltda		5			(70)		
Contour Global Maritsa EAS		1					(3)
Total	4	43	2.826	16.830	(70)	(543)	(3)

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldo Inicial	Provisão de juros	Resultado	Serviços compartilhados	Liquidação Principal	Transferência	Saldo Final
Em 31 de dezembro 2019							
Ativo circulante							
Compartilhamento de custo	4						4
	4						4
Passivo circulante							
Compartilhamento de custo	42		323	702	(1.057)		10
Contratos de mútuo	2.827	365				(3.192)	
	2.869	365	323	702	(1.057)	(3.192)	10
Passivo não circulante							
Contratos de mútuo	16.830	184				3.192	20.206
	16.830	184				3.192	20.206
Em 31 de dezembro 2018							
Ativo circulante							
Compartilhamento de custo	4						4
	4						4
Passivo circulante							
Compartilhamento de custo	145		373	(70)	(406)		42
Contratos de mútuo	2.827	543				(543)	2.827
	2.972	543	373	(70)	(406)	(543)	2.869
Passivo não circulante							
AFAC	6.000					(6.000)	
Contratos de mútuo	10.287					6.543	16.830
	16.287					543	16.830

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Compartilhamento de custo

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia mantém contratos de compartilhamentos de custos com partes relacionadas, principalmente com Asa Branca VII Energias Renováveis S.A. referente ao custo da sala de controle e Contour Global do Brasil Holding Ltda. referente ao centro de inteligência.

Contrato de mútuos

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia mantém contrato de mútuo de partes relacionadas, em moeda local com encargos financeiros e remuneratórios de 0,5% ao mês.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 7.158, sendo composto por 13.014.847 ações sem valor nominal, conforme relacionados a seguir:

Acionistas	Classe	31 de dezembro de 2019 e 2018		
		Quantidade de ações ordinárias	R\$	Participação - %
Contour Global do Brasil Participações Ltda.	Ordinárias	11.713.362	6.442	90,00%
VHT G. Empreendimentos e Participações Ltda.	Preferenciais	1.301.485	716	10,00%
		<u>13.014.847</u>	<u>7.158</u>	<u>100%</u>

16 Receita líquida de vendas

As receitas operacionais da Companhia são baseadas em contratos de geração de energia de longo prazo, com duração de 30 anos, com distribuidoras de energia.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	2019	2018
Receita com energia	45.424	43.559
Impostos sobre vendas	<u>(1.652)</u>	<u>(1.590)</u>
	<u>43.772</u>	<u>41.969</u>

17 Encargos de uso do sistema, custo de operação e despesas operacionais

	2.019	2.018
Energia elétrica comprada para revenda	<u>(12.020)</u>	<u>(12.181)</u>
	<u>2.019</u>	<u>2.018</u>
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão, e taxa de fiscalização		
Encargos de transmissão	(236)	(254)
Taxas de concessão	<u>(76)</u>	<u>(62)</u>
	(312)	(316)

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019	2018
Custo de operação		
Pessoal	(827)	(1.294)
Serviços de terceiros	(277)	(256)
Manutenções	(229)	(204)
Materiais e serviços de terceiros	(650)	(726)
Depreciações e amortizações	(4.846)	(4.818)
	<u>(6.829)</u>	<u>(7.298)</u>
Despesa operacional		
Seguros	(488)	(455)
Comunicações	(245)	(203)
Viagens	(24)	(46)
Despesas Tributárias	(30)	(6)
Outras receita (despesas) operacionais	(150)	(310)
Serviços compartilhados (Nota 14)	(668)	(70)
	<u>(1.605)</u>	<u>(1.090)</u>

18 Resultado financeiro

	2019	2018
Juros de empréstimos bancários	(14.819)	(15.331)
Amortização de custos de emissão de dívida	(146)	(171)
Multas, juros e tarifas bancárias	(1.234)	(2.664)
Atualização monetária	(5.916)	(6.454)
Despesas financeiras	(22.115)	(24.620)
Despesas financeiras com partes relacionadas (Nota 14)	(549)	(546)
Receitas de aplicações financeiras	1.601	1.727
Resultado financeiro	<u>(21.063)</u>	<u>(23.439)</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Em 31 de dezembro de 2019		
Receita Gerada	45.424	43.559
Receita de aplicações financeiras	1.602	1.727
Outras receitas		335
Base de cálculo IRPJ	<u>5.236</u>	<u>5.212</u>
IRPJ – 15%	785	832
IRPJ adicional – 10%	500	555
Base de cálculo CSLL	<u>5.451</u>	<u>5.451</u>
CSLL – 9%	633	627
Total de IRPJ e CSLL - lucro presumido	<u>1.918</u>	<u>2.014</u>

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Prejuízo por lote de mil ações

	2019	2018
Prejuízo do exercício	25	(4.369)
Quantidade de ações (lote de mil)	13.015	13.015
Prejuízo básico por ação- R\$	<u>0,00</u>	<u>(0,34)</u>

21 Compromissos

	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contrato de compra de energia (i)	5.157	6.470		11.627
Comissão fee e carta de crédito (ii)	39	170	71	279
	<u>5.196</u>	<u>6.640</u>	<u>71</u>	<u>11.906</u>

i) Contrato de compra de energia

Aquisição de energia elétrica para cobertura de déficit causado pela sazonalização da garantia física ou impacto do risco hidrológico (GSF).

ii) Comissão fee e carta de crédito

Comissão fee são comissões a serem pagas a órgãos financeiros relacionadas aos registros das debêntures.

Carta de crédito são emitidas aos bancos fiadores para garantir aos debenturistas o pagamento integral das obrigações contraídas nos contratos de debêntures.

22 Cobertura de seguros (Não auditada)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía cobertura de seguro patrimonial no montante de R\$ 228.241, de lucros cessantes no montante de R\$ 44.929 e de responsabilidade civil no montante de R\$ 40.000 (compartilhado com as demais empresas controladas pela Contour Global do Brasil Holding Ltda.), os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

* * *